



Gotad'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Ano XXXII – Nº 32 – 08 de outubro de 2018

ACERVO SINDAE



Trabalhadores (as) da Cetrel e da DAC aprovam fechamento do acordo coletivo

Depois de muita luta contra a intransigência das empresas, trabalhadores (as) da Cetrel e DAC aprovaram os acordos coletivos deste ano e vão receber os reajustes e as parcelas do retroativo a primeiro de maio na folha salarial deste mês, de uma única vez. O salário foi reajustado em 2,3%, enquanto os benefícios econômicos tiveram correção de 10%. **PÁGINA 3**

LEI DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DEPENDERÁ DO NOVO PRESIDENTE ELEITO
PÁGINA 5

COMISSÃO ENCERRA TRABALHOS E DISCUSSÃO DO PPR 2018 AGORA É COM A DIRETORIA DA EMBASA
PÁGINA 2

SINDAE PARTICIPOU DAS ATIVIDADES DA SEMANA DE PREVENÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA EMBASA
PÁGINA 4

SINDAE DISCUTE NESTA TERÇA COM POPULAÇÃO DE CARAVELAS O RISCO DE PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA
PÁGINA 3

Comissão técnica do PPR finaliza trabalho e negociação segue com a diretoria da Embasa

Após quatro reuniões, a comissão técnica que estava discutindo o novo acordo do Programa de Participação nos Resultados - PPR 2018/2019 finalizou os seus trabalhos no dia 26 de setembro, com a conclusão do relatório final, que foi assinado pelos membros e encaminhado para a diretoria da empresa. No relatório constam alguns itens em que houve consenso das partes, como a substituição do Índice de Eficiência Operacional – IEO pela Margem EBITDA como indicador empresarial (global) e a manutenção dos demais indicadores, inclusive do ROCA – Resultado Operacional de Caixa Ajustado, mas não houve acordo em boa parte dos temas discutidos.

Com a finalização da discussão na comissão, o sindicato já protocolou ofício solicitando reunião com a diretoria da empresa para negociação dos itens em que houve divergências. Entre as principais discordâncias estão a manutenção dos indicadores de Acréscimo de Ligações de Água – ALA e Acréscimo de Ligações de Esgoto no rol dos indicadores empresariais, a manutenção da amplitude mínima das variáveis em 80% e da distribuição dos pesos de 40% para as metas empresariais (globais) e 60% para as metas operacionais (setoriais). Outro tema que ficou para ser discutido com a diretoria da empresa são os percentuais de distribuição do montante entre as parcelas linear e proporcional.

ABSENTEÍSMO

Um dos temas mais polêmicos e que não houve consenso na comissão foi relativo ao Índice de Absenteísmo. Apesar da inclusão desse indicador individual e de tudo que dele faz parte ter sido fruto de uma recente e difícil negociação no Ministério Público do Trabalho, a empresa não cumpriu a sua parte ao não conseguir disponibilizar de forma ágil o sistema de acompanhamento do absenteísmo dos empregados e também ao não criar a comissão paritária para estudar as ausências dos empregados, compromisso que ela assumiu junto ao MPT. Por sinal, cumprir compromissos, inclusive com órgão externos, tem sido uma grande dificuldade da diretoria da Embasa.

Diante da inoperância da direção da Embasa, o sindicato propôs manter o mesmo Fator de Assiduidade para o PPR 2018 que foi praticado em 2017, uma vez que o sistema para acompanhamento do absenteísmo individual do empregado só foi disponibilizado pela empresa no final do mês de setembro. O Sindae ressaltou que a ausência do sistema de acompanhamento individual do absenteísmo durante nove dos doze meses do ano de 2018 é um fator de questionamento por parte da categoria.

Os trabalhadores tem relatado muita dificuldade de compreensão da operacionalização do próprio sistema e reclamam do curto período para gerenciamento da compensação de horas, além da necessidade da empresa corrigir várias falhas técnicas no sistema já verificadas a partir de sua implantação. Também não está claro se todos os empregados já tiveram acesso ao sistema e estão devidamente informados, algo que é de responsabilidade da direção da empresa esclarecer, até porque foi ela que inventou o problema.

O instrumento do acordo de PPR 2017, que contém no Anexo 4 (páginas 27 a 32) os detalhes do Fator de Frequência (índice de absenteísmo) que foram objeto de negociação no MPT, está disponível em PDF no site do Sindae (www.sindae-ba.org.br/acordos.php), no menu Acor- dos Coletivos.



A Embasa disponibilizou um endereço de e-mail para que os trabalhadores tirem dúvidas sobre o sistema de acompanhamento do absenteísmo: gpep@embasa.ba.gov.br. É muito importante que os trabalhadores se informem e entrem em contato com a empresa para tirar as dúvidas e fazer os questionamentos pertinentes, em especial em relação a situações operacionais não previstas no acordo.

O QUE É A MARGEM EBITDA?

A margem EBITDA é uma medida da rentabilidade operacional que as empresas apresentam como um percentual da sua receita líquida. Ela é calculada através da divisão do lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) pela receita operacional de uma companhia. Como o EBITDA retira todas as variáveis anteriormente citadas, podemos dizer que o resultado de margem EBITDA pode fornecer uma visão clara da lucratividade operacional da organização, com a vantagem de que é um parâmetro que pode ser auditado através dos dados disponíveis no balanço da empresa, que é publicado anualmente e garante a sua transparência.

COMO CALCULAR A MARGEM EBITDA?

A margem EBITDA é o quociente da divisão do EBITDA pela Receita Operacional (Margem Ebtida = Ebtida / Receita Operacional)

O passo a passo para cálculo da Margem Ebtida é o seguinte:

1. Acesse as demonstrações financeiras no site da Embasa, na aba de institucional/transparência.

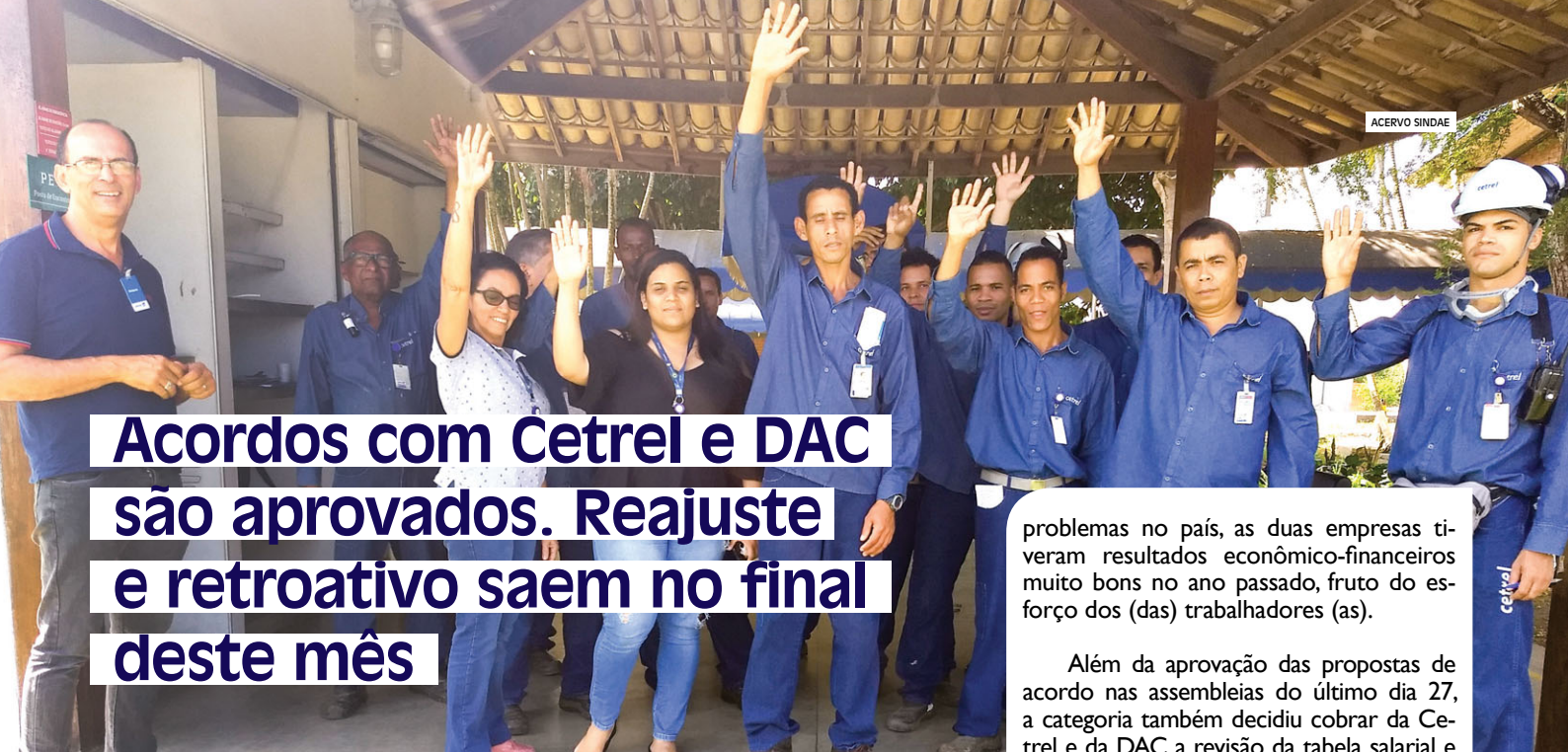
2. De posse das Demonstrações Financeiras, procure a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), onde se deve encontrar as seguintes linhas:

- A) Receita operacional;
- B) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos;
- C) Depreciação;
- D) Amortização.

3. Calcule o EBTIDA somando (B+C+D). Por exemplo, considerando os dados de 2017, teríamos: (169.067 + 347.321 + 7.365) = 523.753

4. Divida o EBTIDA pela receita operacional e, em 2017, teríamos: (523.753 / 2.657.307) = 0,197 ou 19,7%;

5. Pronto, a Margem EBITDA é 19,7%.



ACERVO SINDAE

Acordos com Cetrel e DAC são aprovados. Reajuste e retroativo saem no final deste mês

Depois de muita luta e insistência, buscando melhores condições financeiras e de serviço, trabalhadores (as) da Cetrel e da DAC aprovaram a proposta de acordo coletivo que prevê reajuste salarial de 2,3% (ganho real de 0,6%) e aumenta em 10% os demais benefícios de ordem econômica. A aprovação aconteceu em assembleias realizadas no último dia 27 na sede da Cetrel, na Incineração e na DAC. Os reajustes aprovados e todo o retroati-

vo a primeiro de maio serão pagos na folha deste mês, de uma só vez.

Durante as assembleias foram feitas muitas críticas à intransigência das empresas, que não aceitaram mudar suas propostas de acordo rejeitadas anteriormente pela categoria. A rejeição ocorreu em assembleias realizadas no começo de setembro, pois a categoria considerou que, mesmo com a crise provocando graves

problemas no país, as duas empresas tiveram resultados econômico-financeiros muito bons no ano passado, fruto do esforço dos (das) trabalhadores (as).

Além da aprovação das propostas de acordo nas assembleias do último dia 27, a categoria também decidiu cobrar da Cetrel e da DAC a revisão da tabela salarial e a criação de uma comissão para acompanhar o cumprimento do acordo. Cobradas pelo Sindicato, as empresas informaram que a discussão de novos parâmetros para a tabela salarial será feita até janeiro próximo. Além disso, a categoria aprovou a contribuição assistencial de 1,5% do salário base em favor do Sindicato, como já previsto na pauta de reivindicações aprovada pela categoria no início da campanha salarial.

Com o reajuste de 10% nos benefícios de ordem econômica, eles ficaram com os seguintes valores: auxílios educação e creche passam para R\$ 970,00; o tíquete alimentação vai para R\$ 48,00; o auxílio filho com deficiência sobe para R\$ 1.210,00 e o auxílio funeral subiu para R\$ 6.600,00 para o titular e R\$ 4.620,00 para o dependente.

Do acordo também fazem parte duas cláusulas novas, aprovadas pelas empresas depois de longo tempo sendo objeto de negociação nas últimas campanhas salariais: a homologação das rescisões dos contratos de trabalho permanecem sendo feitas no Sindicato e o envio mensal da relação de contribuições feitas pelos (as) trabalhadores (as) ao Sindicato.

Sindae mobiliza moradores de Caravelas para discutir nesta terça sobre risco da privatização da água

Em novo capítulo da luta contra a privatização da água no Extremo Sul da Bahia, o Sindae vai participar da sessão que a Câmara de Vereadores de Caravelas convocou para esta terça (dia 9), às 16 horas, com a finalidade de discutir com a população a entrega dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para uma empresa mineira.

Além de dirigentes do Sindicato, a reunião desta terça contará com a presença de representantes da Embasa e de vereadores contrários a essa proposta. Moradores da cidade estão convocados a participar da reunião, até porque, se concretizada a privatização, serão os principais prejudicados. Em todas as cidades onde a água foi privatizada houve aumento abusivo de tarifa e queda na qualidade do serviço.

A Prefeitura de Caravelas marcou para o próximo dia 30 uma licitação para “escolher” a empresa que assumirá o controle dos serviços, tudo baseado num plano municipal de saneamento repleto de irregularidades e que não seguiu o previsto na Lei

11.445/2007 (Lei Nacional do Saneamento Básico). Por trás desse processo está a Construtora Prefisan, de Minas Gerais.

Conforme a lei, a elaboração do plano municipal deve ser discutida com a sociedade, deve abranger toda a área municipal (sede e distritos) e ainda conter a previsão de investimento. Como não é especialidade da Prefisan, o plano não tem nada disso e vem sendo chamado de “fake”. Como não pretende investir, a empresa só quer operar serviços onde já existe rede e equipamentos implantados.

O Sindae está entrando com denúncia junto aos Ministérios Públicos Federal e do Estado sobre o esquema de privatização da água no Extremo Sul. Além de Caravelas, o mesmo se dá em Belmonte, Prado, Alcobaça, Nova Viçosa, Mucuri e Eunápolis, todos articulados com a Prefisan. Em 2016, essa empresa teve diretores denunciados pelo Ministério Público Federal por suposto envolvimento em fraudes num contrato de R\$ 4,7 milhões entre a prefeitura de Governador Valadares e a União.



Eu decidi ficar com o amor. O ódio é um fardo muito grande pra suportar.



Martin Luther King

Sindae participou das atividades da semana de prevenção de saúde e segurança da Embasa

ACERVO SINDAE

O Sindae participou ativamente da Semana Interna de Prevenção de Acidente no Trabalho – SIPAT da Embasa, que foi realizada entre os dias 24 e 28 de setembro. A organização ficou a cargo das Comissões Internas de Saúde e Segurança – CIPA nas unidades da capital, interior e região metropolitana, com o apoio do Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho – SESMT da Embasa e também das empresas terceirizadas, que contribuem de alguma forma para o sucesso do evento.

Entre os assuntos abordados na SIPAT estavam as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, alimentação saudável, saúde da mulher, direção defensiva, massoterapia, direitos trabalhistas, dentre inúmeros outros temas, totalizando mais 400 horas de treinamento em todo o estado. Os (as) trabalhadores (as) tiveram ao longo da semana condições de refletir sobre os assuntos tratados e criar oportunidades para continuar desenvolvendo o trabalho na área de segurança.



SIPAT ALAGOINHAS

A unidade regional de Alagoinhas contou com a palestra do advogado do Sindae Daniel Vencimento, que falou sobre os impactos da reforma trabalhista na saúde dos trabalhadores, com grande participação da categoria. No turno da tarde os empregados da unidade participaram ainda do nosso projeto Jurídico Itinerante, podendo acompanhar o andamento dos seus

processos ou tirar dúvidas sobre questões trabalhistas e previdenciárias com nosso advogado no seu local de trabalho.

Na ETA Principal parte da programação buscou temas transversais ao mundo do trabalho na perspectiva social. O ator Leno Sacramento, do Bando de Teatro Olodum, fez uma apresentação teatral abordando sua vivência ocorrida meses atrás, quando a caminho do trabalho se deparou com uma abordagem policial e foi atingido por um tiro disparado por um agente da polícia ao ser confundido com um bandido. Ele narra nessa cena o que a classe trabalhadora vive na pele, no seu trajeto casa-trabalho-casa, pois muitas das vezes quando se fala em segurança outros assuntos que estão no caminho fogem dessa análise, como a situação de racismo que o Brasil vive hoje em dia.

Quase 60% dos municípios brasileiros burlam a lei e não têm plano de saneamento

Nem mesmo sendo exigido por lei, e mesmo sendo pré-condição para obtenção de recursos para investimento no setor, o plano municipal de saneamento básico não existe em mais da metade dos municípios brasileiros. E mais: mesmo sendo elaborado na Bahia o primeiro desses planos (o de Alagoinhas), nosso estado é um dos que tem menos municípios cumprindo essa obrigação legal. Só não fica atrás da Paraíba e de Pernambuco.

Esses dados constam da pesquisa intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), elaborada pelo IBGE e divulgada na semana passada, contendo informações repassadas unicamente pelas prefeituras. Ou seja, retrato mais fiel é quase impossível para essa dramática realidade nacional, onde a falta de saneamento é a expressão maior para a existência de doenças que já não deveriam mais estar preenchendo as salas de clínicas e hospitais do país.

De acordo com a pesquisa, em 2017 apenas 14,6% dos 417 municípios baianos responderam afirmativamente à existência do plano municipal de saneamento básico, uma exigência colocada pela Lei 11.445/2007, conhecida como Lei Nacional do Saneamento Básico.

Os estados com as maiores proporções de municípios com o referido plano em 2017 foram Santa Catarina (87,1%) e Rio Grande do Sul (75,5%). São Paulo e Rio têm, respectivamente, 58% e 57% de suas cidades com plano de saneamento básico. Enquanto no Sul (72,8%) e no Sudeste (53%) o percentual de cidades com plano é mais elevado, nas regiões Nordeste (15,7%) e Norte (29,5%) o índice é mais baixo.

A nível geral, 41,5% dos municípios brasileiros (ou 2.314 do total) possuíam um Plano Municipal de Saneamento em 2017. Outros 1.511 (ou 27,1% do total) estavam com plano em fase de desenvolvimento e em 1.745 deles (ou 31,3% do total) a elaboração do plano sequer fazia parte de projeto dos gestores municipais.

Em 2010, decreto definiu que a existência de um Plano Municipal de Saneamento Básico seria condição necessária para que os municípios pudessem ter acesso a recursos do orçamento da União ou recursos financiados pelo governo federal para a realização de obras no setor. Inicialmente, as cidades tinham até 2013 para cumprir a exigência, mas essa data foi sucessivamente prorrogada.

Entre os assuntos abordados na SIPAT estavam as normas regulamentadoras do MTE, alimentação saudável, saúde da mulher, entre outros.

Na unidade de Candeias o clima ainda foi de comoção pela perda do ex-companheiro Técnico de Segurança, Valter Júnior, que tanto gostava de organizar a atividade e recebeu diversas homenagens dos colegas, lembrando que a luta por um ambiente de trabalho mais seguro não pode parar. Uma área foi montada no estacionamento da unidade para que todos pudessem participar das atividades, que contaram com o apoio da gerência local. A direção do Sindicato se fez presente nas palestras e parabeniza a todos os envolvidos na organização, lembrando que segurança no trabalho deve ocorrer todos os dias.

Lei de valorização do salário mínimo dependerá do novo presidente

O salário mínimo brasileiro seria 56,6% menor do que os atuais R\$ 954 se não fosse a política de valorização criada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e continuada por Dilma Rousseff até o golpe de 2016, apontam dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A regra prevê que o salário mínimo seja reajustado por um índice equivalente à inflação somada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

A política de valorização do salário mínimo foi criada por Lula em 2007, fruto de acordo com as centrais sindicais para atender à reivindicação histórica de adoção de uma regra fixa de valorização real do piso salarial no país. Em 2011, já no governo Dilma, foi transformada em lei pela primeira vez, com validade até 2015. Naquele ano, uma nova lei renovou a política de valorização por mais quatro anos, até 2019. Daí em diante, sua continuidade dependerá de quem vencer as eleições presidenciais deste ano. Atualmente, cerca de 50 milhões de brasileiros recebem um salário mínimo por mês.

"É a primeira política de valorização do salário mínimo desde a redemocratização.

Foi a primeira que teve continuidade e que foi transformada em lei. Isso é um avanço institucional importante. Foi um aumento real de mais de 75%. Se não houvesse o aumento, o valor que é R\$ 954 seria em torno de R\$ 540. São mais de R\$ 400 de aumento real. O que propicia uma massa salarial de R\$ 5.200 adicionais por ano para quem ganha um salário mínimo", disse Clemente Ganz Lúcio, diretor do Dieese.

A política de valorização do piso nacional para aumentar o poder de compra da população é uma das prioridades do governo do PT para movimentar a economia. Medida que se provou essencial para superar os reflexos das crises do mercado financeiro no final da década passada.

Segundo o diretor do Dieese, a regra de reajuste do salário mínimo também traz benefícios para os empregadores, ao contrário do que pregam as candidaturas à direita, como a de Jair Bolsonaro. "Ela [a regra de reajuste do PT] dá previsibilidade aos agentes econômicos, principalmente para os empregadores. É uma política coerente. O aumento real segue o crescimento da economia", disse Ganz.

Nos últimos anos, porém, além de levar o Brasil para uma crise sem precedentes que estagnou o crescimento do PIB, Michel Temer (MDB), fez arredondamentos para baixo na recomposição pela inflação. "O governo arredondou para baixo o reajuste. Os governos anteriores arredondavam para cima. Se ele tivesse seguido a regra, o valor seria R\$ 957 e não R\$ 954", disse.

O economista José Silvestre avalia que o futuro dos trabalhadores que ganham um salário mínimo depende do tipo de alinhamento político de quem vencer as eleições.

Entre os trabalhadores, cresce a preocupação sobre a política de reajuste do piso que os candidatos à presidente da República defendem. Essa é a avaliação do presidente da Intersindical, Edson Carneiro da Silva, o Índio. "Neste momento que acontecem as eleições de 2018, é fundamental votar em candidaturas e partidos que defendam um profundo processo de valorização do salário mínimo", disse o sindicalista.

O economista José Silvestre avalia que o futuro dos trabalhadores que ganham um salário mínimo depende do tipo de alinhamento político de quem vencer as eleições. "Se for um projeto, do ponto de vista de política econômica, mais voltadas para o campo social, para os mais pobres, certamente, ou vai manter a regra ou vai manter a política de valorização do salário mínimo. Se for um governo de corte liberal, ou neoliberal, a perspectiva é que tenha uma mudança no salário mínimo. Inclusive é o que muitos economistas e assessores das candidaturas mais deste campo [direita] tem anunciado", disse.

Para Silvestre, a desvalorização do salário mínimo, com uma eventual mudança de regras, pode ter um impacto ainda mais nefasto se for levado em conta os projetos para reforma da Previdência. Pois quase dois terços dos beneficiários recebem um salário mínimo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), por enquanto, o piso da Previdência é atrelado ao piso nacional. Em janeiro do ano que vem, a previsão é que o salário mínimo aumente para R\$ 1.006, o que significa uma injeção de R\$ 30 bilhões por mês na economia.

Candidatos aos governos estaduais são cobrados para impedir a venda das estatais de saneamento

Entidades que representam trabalhadores (as) de vários segmentos assinaram uma carta, dirigida aos candidatos aos governos estaduais, solicitando apoio para impedir a aprovação da Medida Provisória 844, do governo golpista de Michel Temer. A chamada MP da Sede faz profundas alterações na legislação do setor para permitir a privatização das estatais de saneamento, dando sequência à entrega do patrimônio nacional para grandes empresários do país e do exterior.

Caso a medida seja aprovada, a Lei Nacional de Saneamento Básico ficará desfigurada e o Brasil perderá o principal instrumento que permite vislumbrar com a universalização do saneamento: o subsídio cruzado. Através dele, municípios que geram excedente de arrecadação auxiliam no custeio dos municípios que não geram o suficiente para o pagamento das despesas com os serviços de água e esgotamento sanitário. Tudo isso para criar facilidades visando a privatização das estatais do setor.

A medida está tramitando no Congresso Nacional e recentemente teve sua vigência prorrogada até 19 de novembro, uma vez que o governo não conseguiu que fosse aprovada antes das eleições de outubro. Também está para ser julgada a qualquer momento uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal, ajuizada pela bancada do PT.

Até o momento, o único candidato ao governo que respondeu oficialmente a carta foi João Azevedo, do PSB da Paraíba, que garantiu não privatizar a Cagepa, a empresa estadual de saneamento. O documento é assinado pelas centrais sindicais CUT e CTB, Confederação Nacional dos Urbanitários e suas federações regionais, pelo Sindae, pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Internacional de Serviços Públicos (ISP), Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, dos trabalhadores (as) de instituições de pesquisa agropecuária e florestal e dos profissionais universitários da Sabesp (SP).

PLANTÃO DOS (AS) ADVOGADOS (AS) OUTUBRO/2018

ADVOGADO (A)	TURNO	ATENDIMENTO	
		TELEFONE	PESSOAL
Adv.º Eduardo eduardo@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	10, 17 e 31 –	– 10, 17 e 31
Adv.º Daniel daniel@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	– 11,	11, –
Adv.ª Gabriela gabriela@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	– 09, 16, 23 e 30	09, 16, 23 e 30 –
Estagiário(a) estagiario@sindae-ba.org.br	Manhã Tarde	24 18 e 25	18 e 25 24

Contato: (71) 3111-1700

TOMENota

CERB I

O sindicato voltou a cobrar na semana passada, via novo escritório, uma reunião com representantes do governo do estado para tentar resolver a situação do acordo coletivo da Cerb. Até o momento o governo não se pronunciou sobre algumas questões levantadas pelo sindicato para fechar o acordo, em especial quanto à revisão do valor pago pelos pais e mães de empregados para custeio do plano de saúde, pois desde que houve a mudança para o Planserv o valor não foi atualizado, onerando muito e causando sofrimento aos empregados.

CERB II

A direção do sindicato continua cobrando da diretoria da Cerb uma resposta em relação aos empregados que foram excluídos da promoção por antiguidade por ordem da PGE. A empresa ficou de consultar sua assessoria jurídica e resolver o problema, até porque é uma situação absurda e gerará mais uma demanda judicial para o já volumoso estoque de processos que a companhia acumula por descumprimento de direitos trabalhistas.

CESTA BÁSICA

O custo da cesta básica em Salvador cresceu 1,26% no mês de setembro, passando a custar R\$ 315,86, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No mês, houve aumentos nos preços médios da banana da prata (11,43%), do leite longa vida (3,31%), do óleo de soja (3,247%), da manteiga (2,33%), do arroz branco (2,02%), da carne de primeira (1,35%) e do tomate (1,23%). Quando se compara o custo da cesta básica em Salvador com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, verificamos o comprometimento de 35,99% do mesmo para a aquisição de uma cesta em setembro de 2018.

SALÁRIO NECESSÁRIO

Com base na cesta básica mais cara, que, em setembro, foi a de Florianópolis, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em setembro de 2018, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.658,39, ou 3,83 vezes o salário mínimo nacional, de R\$ 954,00.

Litoral brasileiro está repleto de lixo plástico

Durante um único final de semana, 2,8 mil voluntários mobilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) Meio Ambiente recolheram 23,7 toneladas de lixo em praias das principais cidades brasileiras. É lixo demais, sobretudo se prestarmos atenção a um dado: essa montanha de detritos foi recolhida em apenas 124 quilômetros de nossa imensa orla marítima. Muito mais lixo está jogado em nosso litoral, a depor contra nossa falta de educação ambiental e de noções mínimas sobre o ambiente que estamos produzindo para atuais e futuras gerações.

De acordo com a ONU Meio Ambiente, promotora da campanha #Mares-Limpas, que se desenvolveu em vários

estados brasileiros, inclusive na Bahia, a quantidade maior de lixo recolhida no litoral brasileiro se deveu a bitucas de cigarro (foram recolhidas 49.994 delas), seguida por garrafas pet (9.938), canudos (9.938), garrafas plásticas (7.041), sacolas plásticas (6.782) e outra infinidade de copos e pratos plásticos, garrafas de vidro, pedaços de isopor etc.

A ONU Meio Ambiente lembra que entre 60% e 90% do lixo encontrado nos mares é composto por diferentes tipos de plásticos, em diferentes tamanhos e estágios de degradação. Algumas estimativas apontam que em 2050 teremos mais plásticos do que peixes e que 99% das aves marinhas terão ingerido esse tipo de material.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Comp. e Impressão: Gráfica do Sindae;
Tiragem: 7.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



siga-nos: [f /sindaeba](#) [ig /sindaeba](#) [t @sindaebahia](#) [yt /user/sindaeba](#)